

## Mais de 160 empresários e intelectuais enviam carta a Lira contra retrocesso ambiental

Uma carta assinada por mais de 160 empresários e figuras públicas foi enviada nesta quarta-feira (23) ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pedindo o veto a três projetos de lei da área ambiental que podem gerar “prejuízos irreversíveis” às companhias brasileiras e à imagem do país.

O documento é assinado por nomes como Roberto Klabin, membro do conselho da empresa de celulose Klabin, Guilherme Leal, da Natura, Walter Schaka, da Suzano, Luiz Fernando Furlan, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Nelson Sirotsky, ex-presidente do Grupo RBS, e a economista Elena Landau.

A missiva se opõe diretamente às propostas legislativas 984/2019, 490/2017 e 2633/2020, relacionadas a mudanças na legislação ambiental, com impacto na demarcação de terras indígenas, na mineração nessas áreas e na grilagem de florestas.

Questionado sobre a carta, Lira afirmou que o documento ainda será analisado.

Os postulantes dizem que a aprovação dos projetos provocaria uma enorme insegurança jurídica e que eles vão contra a Constituição Federal.

A carta alerta para a crise hídrica e para o desmatamento florestal, que impactam diretamente a economia, já que a falta de chuva prejudica os reservatórios e eleva o custo da energia elétrica, repassado

aos produtores e ao faturamento das empresas.

“Além disso, com reservatórios secos, o racionamento de energia e possíveis apagões não podem ser descartados. Como as florestas são verdadeiras fábricas de água, sua destruição está diretamente ligada à diminuição do regime das chuvas”, afirma o documento.

Eles dizem que os parlamentares estão, na maioria, negando fatos cientificamente comprovados e que estão prestes a aprovar projetos de lei que alteram profundamente a legislação ambiental, “já sacramentada por vários governos e décadas de discussões, os quais agravarão sensivelmente esta já calamitosa situação”.

Paula Soprana/Folhapress



### Economia



**Guedes quer usar alta na arrecadação para reduzir tributos; economistas criticam**

Página - 03

**Produção industrial cresce em maio, após queda em abril, diz CNI**

Página - 03



**FMI pede a países mais poluentes para fixar preço mínimo de carbono** Página - 05

**Amazônia perde 1391 km² de floresta em maio, o dobro da média histórica**

Página - 05



### Política

**Privatização da Eletrobras ajudará governo a resolver pedalada no reajuste da energia em 2022**

Página - 04

**Ricardo Salles pede demissão do Ministério do Meio Ambiente**

Página - 04

## No Mundo

### Maioria nos países ricos afirma que divisão social aumentou com pandemia



A pandemia adicionou um novo elemento sombrio à lista de luto, crises e desigualdades ao redor do mundo. Pesquisa do Pew Research Center, divulgada nesta quarta-feira (23), mostra que a maioria das pessoas em países de economia avançada sente que a divisão social aumentou desde a descoberta do coronavírus.

Uma das principais fontes de divergência, escancaram os números, está em como a população avalia medidas como o uso de máscara e o distanciamento social para frear o vírus.

O levantamento foi feito em 17 países da América do Norte, Europa, Ásia e Oceania e revela que, em média, 61%

dos entrevistados afirmam que suas sociedades estão mais divididas agora do que antes da pandemia, enquanto 34% sentem mais união.

O instituto comparou o cenário entre este e o ano passado e a percepção das divisões aumentou mais de 30 pontos percentuais em alguns deles, como Canadá e Japão.

Líder em número de mortes por Covid-19, com mais de 600 mil vítimas, os Estados Unidos também estão na ponta da lista sobre as cisões: 88% dos americanos dizem que estão mais divididos hoje, enquanto 77% se percebiam desta maneira no ano passado. Os que veem mais união eram 18% e, agora, somam apenas 10%.

Entre os japoneses, os que veem a sociedade mais dividida no país saltaram de 27% para 59%, enquanto no Canadá o índice foi de 29% para 61%.

A pesquisa ouviu 18.850 adultos por telefone –2.596 americanos, de 1º a 7 de fevereiro, e o restante, de 12 de março a 26 de maio, em países como Canadá, França, Alemanha, Espanha, Grécia, Itália, Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália, Singapura, Japão e Coreia do Sul.

Na Europa, as visões mais pessimistas estão na Alemanha, Holanda e Espanha, onde quase oito em cada dez pessoas enxergam mais divisões nas sociedades de seus países.

Marina Dias/Folhapress

### Número de brasileiros cresce 21,6% e volta a bater recorde em Portugal



O número de brasileiros vivendo em Portugal cresceu pelo quarto ano consecutivo, atingindo em 2020 o recorde de 183.993 residentes legais. A variação representa uma alta de 21,6% em relação ao ano anterior.

As informações foram publicadas pelo SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) nesta quarta-feira (23).

Os brasileiros seguem como a maior comunidade estrangeira em Portugal, representando 27,8% dos imigrantes no país.

Segundo especialistas, o crescimento do número de brasileiros residentes, mesmo em ano de pandemia, é explicado em larga medida pela

### Variante delta pode chegar a 90% após o verão na Europa, indica cálculo

A variante delta, versão mais contagiosa do Sars-Cov-2, pode se alastrar pela Europa continental se os países não acelerarem sua vacinação e reforçarem cuidados contra o contágio, afirmou nesta quarta (23) o centro de controle de doenças infecciosas europeu (ECDC).

Identificada primeiramente na Índia, a variante delta se espalhou no Reino Unido e já aparece hoje em 98% dos casos sequenciados, embora o país tenha desde janeiro assumido a dianteira na imunização. Nesta quarta, só 19% dos adultos britânicos não haviam recebido ainda nenhuma dose de vacina; quase 60% tomaram as duas.

No cálculo do ECDC, a variante delta pode representar 70% dos novos casos de Covid-19 até o fim de julho e 90% até o fim de agosto, se não houver medidas adicionais. Isso acontece pela combinação de um mutante até

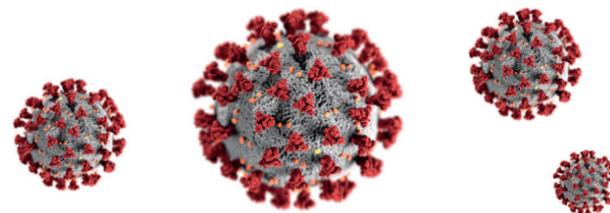
60% mais contagioso que o alfa (identificado na Inglaterra) com a maior circulação e proximidade entre as pessoas no verão.

A maioria dos países da UE retirou restrições anticon-tágio, ao mesmo tempo em que a linhagem cresceu exponencialmente, mas em porcentagens bastante diversas.

Em Portugal, por exemplo, destino turístico muito procurado pelos britânicos, o governo afirma que a delta é identificada em mais de 60% dos sequenciamentos feitos em Lisboa e no vale do Tejo. De acordo com os dados portugueses, o número de novos casos diários mais que dobrou, de 500 em maio –quando as fronteiras foram abertas para viajantes britânicos– para mais de 1.000 em meados de junho.

Na Itália, calcula-se que a porcentagem supere 20%, enquanto na França ainda não tenha chegado a 10%.

Folhapress



demora do processo de regularização.

Na avaliação da presidente da Casa do Brasil de Lisboa, ONG que auxilia a comunidade imigrante, os novos títulos de residência concedidos são relacionados a pedidos que foram feitos em anos anteriores, mas que ainda se encontravam tramitando na burocracia administrativa.

“Nós temos identificado que esses brasileiros e brasileiras que constam nos relatórios dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras já estavam em Portugal mesmo antes da pandemia. O que acontece é que as regularizações e as autorizações de residência chegaram neste momento”, diz Cynthia de Paula.

Ao contrário de muitos membros da União Europeia, Portugal tem um sistema relativamente simples de regularização para quem entra no país como turista e permanece vivendo e trabalhando sem a autorização adequada.

O caminho, no entanto, costuma ser longo. Não raro, há um intervalo de mais de dois anos entre o pedido de regularização e a concessão da autorização de residência.

Com as fronteiras da União Europeia fechadas a turistas brasileiros desde março de 2020, a entrada de novos imigrantes com esse perfil –que respondem por parte significativa das novas residências– ficou bastante limitada.

Giuliana Miranda/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## Guedes quer usar alta na arrecadação para reduzir tributos; economistas criticam



Em uma indicação de que o governo poderá apresentar uma reforma tributária com efeito negativo para as contas públicas, o ministro Paulo Guedes afirmou nesta quarta-feira (23) que pretende pegar parte da alta de arrecadação causada pela retomada da economia e transferir para um corte imediato de impostos.

A reportagem ouviu especialistas em finanças públicas. A avaliação é que a ideia tem potencial nocivo porque pode gerar descompasso nas contas do governo no futuro ao usar ganhos temporários para gerar custos permanentes.

“Está havendo um aumento vigoroso da arrecadação e nós vamos transmitir isso imediatamente para a redução de impostos. Em vez de realizar esse aumento brutal de arrecadação, queremos fazer uma aposta no

setor privado e no consumidor”, disse o ministro em videoconferência com a Fiesp.

“Vamos descobrir qual a taxa de crescimento estrutural, suponha que ela seja de 3% com as reformas. Eu acho que ela vai ser bem maior, mas seremos conservadores. Vamos pegar uma parte e vamos investir na redução e simplificação de impostos”, afirmou.

Guedes usou como exemplos o aumento na faixa de isenção do IR. Ele afirmou que vai duplicar a base de pessoas beneficiadas ao mesmo tempo em que passa a tributar “lá em cima” quem recebe dividendos.

O ministro disse ainda que pretende baixar o IR sobre empresas em 2,5% ao ano, totalizando 5% na atual gestão. “Se o presidente for reeleito e o programa econômica prosseguir, é mais 2,5% e mais 2,5%”, disse.

Guedes também defendeu que o governo comece a tributar mais “a pessoa física um pouco mais rica”.

O economista Felipe Salto, que é diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente) afirma que a ideia não faz sentido. Para ele, a incerteza em relação ao ritmo da atividade é alta e o governo deveria se basear em planejamento e experiências anteriores.

“Historicamente, períodos de recessão seguidos de recuperação fazem a resposta da receita em relação ao PIB ser superior à unidade. Mas não é uma tendência que se possa extrapolar para o futuro. A mudança da faixa de isenção do IR teria caráter permanente. Contratar compromissos permanentes requer medidas de financiamento sustentáveis”, disse.

Bernardo Caram/Folhapress

## Municípios, estados e União terão 1 milhão de cargos para livre nomeação na reforma administrativa

A reforma administrativa do governo Jair Bolsonaro afrouxa a regra para ocupação de cargos de confiança e fará com que municípios, estados e União tenham mais de um milhão de postos para livre nomeação -ao menos 207 mil a mais do que hoje.

O levantamento faz parte de nota técnica produzida pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, que questiona a flexibilização e afirma que a medida abre margem para indicações políticas.

O relator da proposta, deputado Arthur Maia (DEM-BA), se posicionou nesta terça-feira (22) contra o afrouxamento da norma e afirmou que pretende mudar o texto do governo para manter a regra vigente hoje.

“Essa questão que está

sendo colocada na proposta de trazer para os cargos de chefia a condição de livre nomeação, eu me associo a todos aqueles que entendem que esse ponto deve ser modificado”, disse. “Não há razão para favorecer o aumento da intromissão indevida da política na administração pública”.

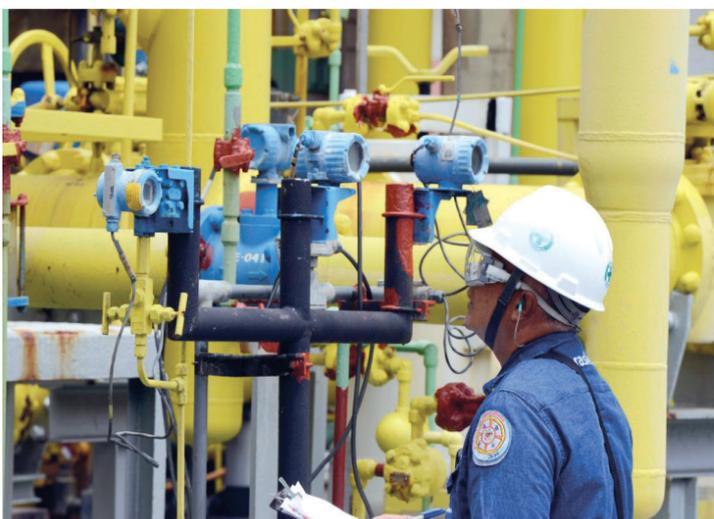
A proposta enviada pelo governo retira da Constituição a norma que reserva a servidores efetivos a nomeação para funções de confiança e estabelece que cargos em comissão serão preenchidos por servidores em percentuais mínimos definidos em lei -hoje, o patamar é de ao menos 50%.

O texto da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) se limita a dizer que esses postos “serão destinados às atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas”, sem menção à necessidade de ocupação por servidores.

Folhapress



## Produção industrial cresce em maio, após queda em abril, diz CNI



A Sondagem Industrial, pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), aponta para resultados positivos em maio de 2021, após a queda na produção em abril. O índice ficou em 52,8 pontos e é o melhor resultado para o mês desde 2017. O índice varia de 0 a 100, com linha de corte em 50 pontos, os dados acima desse valor indicam crescimento e abaixo, queda na comparação com o mês anterior.

Além disso, o índice de evolução do número de empregados subiu para 51,1 pontos. De acordo com a CNI, já são 11 meses seguidos sem que o índice registre queda do emprego na indústria. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) alcançou 70% em maio de 2021, após crescimento de dois pontos percentuais em relação a abril. A UCI se encontra 15 pontos percentuais acima da registrada em maio de 2020, primeiro mês após a crise da primeira onda de covid-19. O percentual é o maior para o mês desde 2014, quando alcançou 71%.

O índice de estoque efetivo em relação ao planejado registrou 49,2 pontos em maio, um recuo de 0,4 ponto na comparação com abril. Ainda assim, o índice permanece relativamente próximo à linha de 50 pontos, o que, para a CNI, indica que os estoques estão próximos ao planejado pelas empresas. “Esse fato, aliado a atividade posi-

va, se reflete nas expectativas positivas para os próximos meses”, explicou, em comunicado.

De acordo com a pesquisa, o otimismo dos empresários industriais em relação aos próximos seis meses voltou a crescer em junho, embora ainda não tenha alcançado o pico observado em setembro de 2020. O índice de expectativa de demanda está em 59,9, aumento de 1,2 ponto em relação a maio e 11,2 pontos superior ao registrado em junho de 2020. Esse é o maior nível do indicador em 2021. Já o otimismo em relação à exportação permaneceu praticamente constante em relação ao mês anterior: alta de 0,1 ponto.

ABR

## Política

### Privatização da Eletrobras ajudará governo a resolver pedalada no reajuste da energia em 2022



Com a aprovação da capitalização da Eletrobras pelo Congresso, o governo avalia antecipar o uso de R\$ 30 bilhões que virão da venda das ações da estatal ao mercado para amortizar o reajuste tarifário do próximo ano, que deverá ser muito acima do esperado devido ao acionamento de termelétricas.

Os recursos estão previstos na medida provisória da privatização da estatal aprovada pelo Congresso nesta segunda-feira (21), mas só devem entrar no caixa do Tesouro daqui a três anos.

Por isso, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou à reportagem que está avaliando uma operação que prevê a antecipação desses créditos para que possam ser usados no abatimento das tarifas a partir

de 2022. O Tesouro destinaria o dinheiro imediatamente para a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e seria ressarcido posteriormente.

O ministro disse ainda que os R\$ 30 bilhões previstos à CDE ao longo da concessão terão ainda um reforço de 75% do excedente de Itaipu ao longo dos próximos 10 anos, que equivalem a R\$ 12,3 bilhões.

“Juntos, esses recursos propiciarão uma redução na tarifa de 1,1%”, afirmou.

Segundo ele, mesmo se o governo não fizer a antecipação dos R\$ 30 bilhões neste momento, o consumidor perceberá futuramente redução tarifária quando esse dinheiro for destinado à CDE.

Movimentos similares foram feitos em governos passados. Em 2014, o Tesouro repassou recursos às distri-

buidoras para compensar preços elevados da energia. No ano seguinte, houve empréstimos viabilizados por um consórcio de bancos tendo a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) como intermediária.

O governo prevê que a venda de suas ações da Eletrobras ocorra em fevereiro do próximo ano. O valor dos papéis ainda será definido porque depende da modelagem dessa transação a ser realizada pelo BNDES nos próximos meses.

Estima-se que o negócio será de ao menos R\$ 60 bilhões, sendo R\$ 30 bilhões destinados à CDE, R\$ 20 bilhões de outorga ao Tesouro e R\$ 10 bilhões para investimentos da Eletrobras. Na avaliação do Ministério da Economia, o total pode chegar a R\$ 100 bilhões. Folhapress

### Guedes fala em novas bandeiras de energia para evitar racionamento



O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta quarta-feira (23) que a aplicação de novas bandeiras tarifárias, que elevam o custo da conta de energia elétrica, tem o objetivo de evitar um racionamento no país.

Guedes disse que “estamos vindo com bandeiras novas”, mas não detalhou se estava se referindo a eventual criação de mais um patamar de bandeira tarifária em nível mais elevado do que os existentes hoje.

Em reunião com representantes da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), o ministro afirmou que a situação hídrica gerou um choque na inflação.

### Ricardo Salles pede demissão do Ministério do Meio Ambiente

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pediu demissão do cargo nesta quarta-feira (23). A exoneração, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro, foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

No lugar de Salles, o presidente nomeou Joaquim Álvaro Pereira Leite, que até então ocupava o cargo de secretário da Amazônia e Serviços Ambientais do ministério.

Após a publicação de sua exoneração, Ricardo Salles fez um pronunciamento à imprensa, no Palácio do Planalto, para explicar os motivos de sua saída. Segundo ele, está ocorrendo no país um processo de “criminalização” de opiniões divergentes sobre a questão ambiental e, por isso, ele estava abrindo espaço para maior diálogo.

“Eu entendo que o Brasil, ao longo desse ano e no ano que vem, na inserção internacional e também na agenda nacional, precisa ter uma união muito forte de interes-

ses, de anseios e de esforços. E para que isso se faça da maneira mais serena possível, eu apresentei ao senhor presidente o meu pedido de exoneração, que foi atendido e eu serei substituído pelo secretário Joaquim Álvaro Pereira Leite, que também tem muita experiência e conhece todos esses assuntos”, afirmou.

Salles também fez um balanço de seus dois anos e meio de gestão, destacando que buscou cumprir a orientação do presidente em equilibrar o desenvolvimento econômico com o meio ambiente, com respeito ao setor privado, ao agronegócio e aos empresários.

Entre as medidas citadas pelo ex-ministro, estão a aprovação do Marco Legal do Saneamento Básico, o programa de concessões de parques nacionais e a abertura de concurso para o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). ABR



“Nossa inflação deu um salto, indo a 8% em 12 meses, exatamente por causa de comida e energia. Energia, porque agora estamos vindo com bandeiras novas para evitar o racionamento lá na frente, está havendo uma racionalização no uso agora, e isso é um choque. Vai haver um choque na energia e um choque de alimentos”, afirmou.

De acordo com o ministro, a entrada em vigor da autonomia formal do Banco Central é uma maneira de evitar que esses choques temporários sejam transformados em aumento permanente de preços.

Como mostrou o jornal Folha de S.Paulo, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) deverá aprovar,

na próxima semana, um reajuste das bandeiras tarifárias, um valor adicional que encarece as contas de luz sempre que o custo de geração da energia sofre alta.

A tendência, segundo técnicos que participam das discussões com o governo, é a de que o conselho diretor da agência aprove um aumento que varia entre 40% e 60% das bandeiras —o que acarretará um aumento entre 15% e 20% na conta de luz.

Os números ainda estão sendo fechados pelos técnicos da agência e devem vigorar a partir de julho. A expectativa é que permaneçam nesse patamar até o final do ano.

Bernardo Caram/Folhapress

## FMI pede a países mais poluentes para fixar preço mínimo de carbono



O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou um relatório nesta sexta-feira, 18, pedindo aos maiores poluidores do mundo para adotar um preço mínimo internacional de carbono, uma medida que oferece uma “perspectiva realista” de combate às mudanças climáticas.

A entidade disse que hoje existe um grande consenso de que o preço do carbono é a ferramenta política mais importante para conseguir reduções drásticas nas emissões de forma a limitar o aquecimento global a 2 °C até 2050.

Mas, até agora, quatro quintos das emissões permanecem não cotizadas, e o preço médio global do carbono é de apenas 3 dólares por tonelada, bem abaixo do nível necessário para incentivar a

eficiência energética e redirecionar a inovação para tecnologias verdes.

O relatório do FMI avaliou diferentes cenários e deu como exemplo um acordo entre seis participantes: Canadá, China, União Europeia, Índia, Reino Unido e Estados Unidos.

O preço fixo pode variar dependendo do grau de desenvolvimento do país: 75 dólares no mínimo para os países ricos; 50 dólares para economias em desenvolvimento de alta renda; e 25 dólares para os de baixa renda.

Esse plano permitiria atingir uma redução de 23% nas emissões até 2030. O relatório sugeriu que o plano poderia ser lançado pelo G20 antes de se expandir para outros mercados. Colocar um

preço na tonelada de carbono liberada na atmosfera é uma forma de taxar as energias mais poluentes e, assim, incentivar consumidores e empresas a usar energia limpa.

O objetivo inicial seria cumprir a meta do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas de redução das emissões em um quarto a meio até o final desta década.

“A ação simultânea entre os principais emissores para aumentar o preço do carbono geraria uma ação coletiva contra as mudanças climáticas, ao mesmo tempo que abordaria de forma decisiva as preocupações com a competitividade”, explica Victor Gaspar, diretor do departamento de assuntos tributários do FMI, e Ian Parry, coautor do relatório.

## Brasil não resolverá questão ambiental sem resolver social, diz Guimarães

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, afirmou que o maior desafio do Brasil é resolver as diferenças sociais existentes no País afora. “O Brasil não vai conseguir resolver a questão ambiental sem resolver a questão social. Temos diferença brutal entre as cidades, Estados do Sudeste e o interior do Norte e Nordeste”, disse ele, durante plenária do Ciab, tradicional evento de tecnologia bancária.

Para o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari, o Brasil precisa agir em meio ao avanço da pauta ESG (sigla em inglês para as questões ambientais, sociais e de governança).

“Obrigatoriamente o Brasil tem de estar inserido uma vez que detém a maior floresta”, ressaltou Lazari. “Temos a maior reserva florestal do mundo. O mundo inteiro nos olha com muita inveja e muita preocupação para o Brasil por conta de seus recursos naturais”, afirmou.

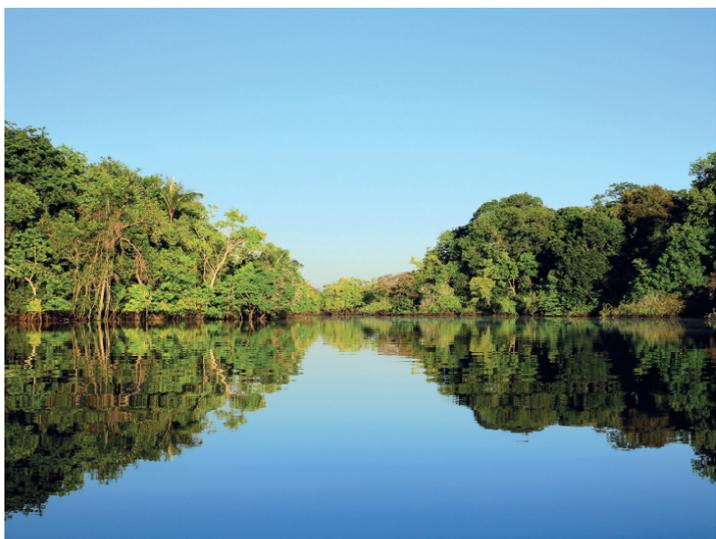
O lado ambiental, destacou, não tem de ficar fora da pauta econômica. “O País vai crescer a economia, tecnologia, mas precisa de respeito e crescimento da pauta ESG”, acrescentou.

O Ciab é promovido pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e ocorre entre esta terça e a sexta-feira. Por conta da pandemia, o evento é feito no formato semipresencial.

Estado SP



## Amazônia perde 1391 km<sup>2</sup> de floresta em maio, o dobro da média histórica



Em maio de 2021 o desmatamento na Amazônia, identificado pelo sistema de monitoramento Deter/Inpe, totalizou 1.391 km<sup>2</sup>, mais que o dobro da média histórica para o mês. Se por um lado o desmatamento no primeiro trimestre ficou estritamente dentro média para o período, o aumento observado em abril se acentuou expressivamente em maio.

Ainda em março, com a aproximação da estação seca, chamamos a atenção para a necessidade de estratégias de proteção da floresta e combate ao desmatamento ilegal para evitar os altos índices observados nos últimos anos.

Isto porque, segundo especialistas, com a redução das chuvas na região há uma

tendência de crescimento das atividades de desmate, devido ao aumento da acessibilidade à floresta e a possibilidade do uso do fogo.

Esta tendência, no entanto, pode ou não se confirmar devido a um conjunto de fatores políticos e econômicos, além de fiscalização governamental e ações para a aplicação da legislação vigente.

Agora, diante dos números preocupantes do mês de maio, entramos novamente em uma emergência na questão do desmatamento na Amazônia, que necessita de respostas rápidas para seu combate.

A destruição da floresta, além de perdas na biodiversidade, pode impactar no regime de chuvas e no volume dos

rios, afetando a produção agrícola e a geração de energia.

Portanto não é adequado acatar as tendências de desmatamento baseadas na variação das chuvas, deixando por conta da floresta a sua própria proteção.

Essas análises foram embasadas no Deter, o sistema de monitoramento e alerta de desmatamento e outras alterações da cobertura florestal na Amazônia, desenvolvido pelo Inpe para dar suporte à fiscalização, através do repasse diário dos dados mapeados para o Ibama e outros órgãos competentes.

Esse sistema monitora vegetação com fisionomia florestal dentro da Amazônia Legal Brasileira, excluindo áreas previamente desmatadas.

Exame

## Publicidade Legal

### Dólar tem dia volátil, mas fecha novamente abaixo de R\$ 5,00



O dólar fechou abaixo de R\$ 5,00 pelo segundo dia. Mas no aguardo de novos catalisadores, o câmbio teve um pregão volátil, em parte marcado por um movimento de realização de ganhos, após a moeda americana acumular queda de 7% nos últimos 30 dias, a maior dos emergentes no período. No exterior, o dólar operou sem tendência única nesta quarta-feira, o que contribuiu para a falta de direção do real. Indicadores mistos da economia americana e declarações de dirigentes do Federal Reserve reforçaram o tom de cautela nas mesas de operação.

No Brasil, o fluxo de capital externo, comercial e fi-

nanceiro, tem sido forte este mês e mais recursos entram nos próximos dias, por conta de captações de empresas, o que ajuda a limitar eventual pressão de valorização do dólar, destacam os profissionais das mesas de câmbio. Nesta quarta, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o dólar, após ter rompido o piso dos R\$ 5,00 na terça, ainda pode cair mais. Ao mesmo tempo, ele disse que o presidente Jair Bolsonaro anunciará mais três meses de auxílio emergencial, o que provocou certa cautela nos investidores.

No fechamento, após bater na mínima de R\$ 4,93 no começo da tarde, o dólar encerrou o dia em leve que-

da de 0,07%, a R\$ 4,9628. No mercado futuro, o dólar para julho, que vence na próxima semana, subiu 0,15%, a R\$ 4,9685 às 17h40.

Para o sócio da gestora 051 Capital, Flávio Aragão, a taxa de juro muito baixa havia espantado o investidor estrangeiro do Brasil, junto com a deterioração fiscal e a atividade enfraquecida. A correção deste movimento da Selic vem ajudando o real, ressalta ele, pois ajuda a atrair capital externo. Além disso, o cenário de atividade começou a melhorar de forma importante, isso em um ambiente de melhora dos termos de troca para o país, por conta da alta das commodities no exterior.

IstoéDinheiro

### Com novo ruído do Fed, Bolsa fecha em baixa de 0,26%, a 128.427,98 pontos



A virada observada na B3 acompanhou NY após o presidente do Fed de Atlanta, Raphael Bostic, prever uma elevação da taxa básica de juros dos Estados Unidos no final de 2022 e outros dois aumentos em 2023 – no momento, ele tem direito a voto no Fomc, o comitê de política monetária do Federal Reserve. Considerado um moderado, Bostic disse também que se está perto de alcançar os requisitos para iniciar o ‘tapering’, como é chamado o processo de redução dos estímulos monetários.

“A (nova) rodada de discursos do Fed não seguiu exatamente a liderança de Powell em minimizar os temores inflacionários”, observa em nota Edward Moya, analista da Oanda em Nova York,

**Bubanja Participações S.A.**  
(Em organização)

**Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 01 de junho de 2020**

Aos 01/06/2020, às 15:00hs, na Rua Libero Badaró, 293, 21º andar, conjunto 21-C, Sala 25, São Paulo-SP, reuniram-se em Assembleia Geral, para deliberar sobre a constituição de **Bubanja Participações S.A.**, todos os fundadores e subscritores do capital inicial da aludida Sociedade, a saber: (a) **LB 1 Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 28.120.044/0001-74 e NIRE 35235053294, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr. Carlos Eduardo Prado, RG nº 14.869.803-7 SSP/SP e CPF/MF nº 035.156.498-59; e (b) **LB 2 Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 28.223.069/0001-01 e NIRE 35235013551, neste ato representada pelo sócio administrador Carlos Eduardo Prado, acima qualificado. Por aclamação, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlos Eduardo Prado, que convidou a mim, Silvia Aparecida dos Anjos, para secretária-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, na forma do disposto na Lei 6.404/76, sob a denominação de Bubanja Participações S.A., com um capital inicial de R\$ 1.200,00, representado por 1.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Sr. Presidente esclareceu que os fundadores haviam procedido à subscrição da totalidade das ações representativas do capital inicial da Sociedade, conforme Boletim de Subscrição, que faz parte integrante desta ata como anexo I. O Sr. Presidente esclareceu, ainda, que a acionista **LB 1 Participações Ltda.** integrou, neste ato, 108 ações ordinárias nominativas, tendo realizado o depósito de R\$ 108,00 no Banco do Brasil S/A, e a acionista **LB 2 Participações Ltda.**, integrou, neste ato, 12 ações ordinárias nominativas, tendo realizado o depósito de R\$ 12,00 no Banco do Brasil S/A, ficando, dessa forma, integralizado 10% do capital da Sociedade. A acionista **LB 1 Participações Ltda.** integralizará as 1.080 ações ordinárias nominativas, realizando o depósito em moeda corrente nacional no valor de R\$ 1.080,00 no prazo de 90 dias após os registros da constituição da sociedade na JUCESP e obtenção do CNPJ junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente submeteu à apreciação dos subscritores o Projeto de Estatuto, cujo texto foi aprovado por unanimidade de votos dos presentes, sendo o mesmo transcrito a seguir: “**Estatuto Social. Artigo 1º.** Bubanja Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede e foro na Rua Libero Badaró, 293, 21º andar, conjunto 21 C, Sala 25, São Paulo-SP, com prazo indeterminado de duração. Sua Diretoria pode abrir ou encerrar filiais ou outras dependências. **Artigo 2º.** A Sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital. **Artigo 3º.** O capital da Sociedade, parcialmente integralizado, é de R\$ 1.200,00, representado por 1.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A acionista **LB 1 Participações Ltda.** integralizará as 1.080 ações ordinárias nominativas, realizando o depósito em moeda corrente nacional no valor de R\$ 1.080,00 no prazo de 90 dias após os registros da constituição da sociedade na JUCESP e obtenção do CNPJ junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A Assembleia Geral poderá criar ações preferenciais, de uma ou mais classes, com ou sem direito de voto, sem guardar proporção com as ordinárias. **Artigo 4º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de dois membros, sendo um deles designado Diretor Presidente. O mandato dos diretores é de três anos, permanecendo em seus cargos até substituição ou reeleição. Sua remuneração será estabelecida anualmente pela Assembleia Geral. **Artigo 5º.** A Diretoria tem poderes irrestritos de administração, inclusive para outorga de avais e fianças. A assinatura isolada de qualquer Diretor ou procurador obrigará a Sociedade. Os mandatos em nome da Sociedade devem ser outorgados por prazo determinado, exceção aos casos de representação perante o foro em geral. **Artigo 6º.** A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, se instalará e se realizará na forma da lei. **Artigo 7º.** O Conselho Fiscal não tem funcionamento permanente e se instalará na forma da lei. Quando instalado, será composto por três membros efetivos e igual número de suplentes. **Artigo 8º.** O exercício social coincide com o ano civil. As demonstrações financeiras anuais serão apreciadas pela AGO, que deliberará sobre a distribuição de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., ou até sobre sua retenção, total ou parcial. § Único – Balanços trimestrais poderão ser elaborados e, por deliberação da Assembleia Geral, declarados dividendos com base neles. **Artigo 9º.** A Sociedade poderá ter seu tipo modificado por deliberação majoritária. Sua transformação não ensejará direito de resgate”. Terminada a leitura do Estatuto Social, o Sr. Presidente informou que se fazia necessário proceder à eleição da Diretoria da Sociedade, tendo sido eleitos para um mandato de 3 anos, os Srs. Carlos Eduardo Prado, acima qualificado, que exercerá o cargo de Diretor Presidente e Silvia Aparecida dos Anjos, RG nº 18.275.141-7 SSP/SP e CPF nº 134.824.898-07, que exercerá o cargo de Diretora. Os Diretores ora eleitos declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes prescritos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. Foi, a seguir, estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada oportunamente pelas acionistas em assembleia geral. Por fim, foi mencionado que possa ser utilizado qualquer jornal de grande circulação para, juntamente com o “DOE-SP”, proceder às publicações da Sociedade. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. São Paulo, 01/06/2020. Assinaturas: Mesa: Carlos Eduardo Prado – Presidente; Silvia Aparecida dos Anjos – Secretária. Visto do Advogado: Darcio Siqueira de Sousa – OAB/SP nº 240.530. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.554.817 em 24/08/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Caltabiano McLarty Participações S.A.**

CNPJ/ME nº 07.133.841/0001-16 – NIRE 35.300.319.796 – **Convocação – Assembleia Geral Extraordinária**

Convocamos os acionistas para se reunirem em AGE a realizar-se no dia 30/06/21 às 15:00 hs., na forma virtual, nos termos da Lei 14.030/2020 e IN DREI nº 81/2020, para deliberarem sobre o aumento do capital social da controlada da Companhia Caltabiano Corretora de Seguros Ltda., CNPJ nº 08.645.484/0001-38, no montante de até R\$ 1.000.000,00, conforme previsto na Cláusula 4.2. (iv) do Acordo de Acionistas da Companhia. A AGE será realizada por intermédio da Plataforma Google Meet. Cada acionista receberá um convite eletrônico, onde constará o endereço eletrônico para que o Acionista tenha acesso ao ambiente virtual da AGE. O ambiente estará disponível para acesso com 30 minutos de antecedência no dia e horário desta convocação. Considerando a realização da AGE por meio virtual, os documentos a serem examinados foram encaminhados via correio eletrônico dos Acionistas no dia 23/06/21. São Paulo, 22/06/21. **Alessandro Portella Maia** – Diretor Presidente. (23, 24 e 25/06/2021)

**B.Drops S.A.** – CNPJ/ME nº 12.787.333/0001-91 – NIRE 35.300.508.661

**Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária**

São convocados os Acionistas da Companhia, para reunirem-se em AGE no dia 13/07/2021, às 18h00, excepcionalmente de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio de sistema eletrônico pela plataforma Microsoft Teams, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos acionistas que enviarem solicitação, junto dos documentos pessoais, ou o boletim de voto a distância para o e-mail: [contato@bdrops.tv](mailto:contato@bdrops.tv). A AGE será considerada realizada na sede da Companhia, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, 5º andar, conjunto F.H., São Paulo-SP. A AGE terá como ordem do dia deliberar sobre a alteração do objeto social da Companhia, a fim de incluir novas atividades de: (i) agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas; e (ii) comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente. Os acionistas que venham a ser representados por procuradores na Assembleia Geral deverão apresentar o instrumento de procaução válida, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável. São Paulo, 22/06/2021. **Frederico Cristiano Naspolini Viante** – Diretor (23, 24 e 25/06/2021)

Faça um orçamento:  
[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

destacando também as palavras de Michelle Bowman, integrante do board do Federal Reserve, em tom “bastante agressivo com relação aos preços”, embora “moderado com relação ao emprego”.

Assim, nesta quarta-feira, “o Ibovespa ficou dividido entre a alta das commodities, com a recuperação do minério de ferro e do cobre, e as novas falas ‘duras’ de dirigentes do Fed, que pressionaram as bolsas dos EUA e se refletiram aqui”, diz Rafael Ribeiro, analista da Clear Corretora. Na terça, o dia havia sido de recuperação em Wall Street, com o mercado americano reagindo bem a declarações “dovish” (mais leve) não apenas do presidente do Fed, Jerome Powell, mas também de outros integrantes do BC dos Estados Unidos, como

John Williams (Nova York), Mary Daly (San Francisco) e Loretta Mester (Cleveland).

“Hoje, a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, reiterou a natureza transitória da inflação, defendeu estímulos fiscais e a ideia de um imposto global para multinacionais”, observa Betina Roxo, estrategista-chefe da Rico Investimentos, chamando atenção também, no Brasil, para discussão sobre tributação de dividendos. “No último dia 21 de junho, o Ministério da Economia definiu uma proposta que prevê tributação de dividendos em 20% com uma faixa de isenção de R\$ 240 mil ao ano, equivalente a R\$ 20 mil ao mês. Hoje, todos os pagamentos de dividendos são isentos de tributos”, diz a estrategista.

IstoéDinheiro



## Negócios

### Grandes bancos reforçam mantra da “igualdade” na disputa com as fintechs



No início deste mês, durante o Itaú Day, os executivos do Itaú Unibanco elogiaram a agenda de digitalização e de desconcentração bancária do Banco Central (BC). Mas ressaltaram que alguns aspectos desse processo requerem atenção, especialmente no que diz respeito às fintechs e novos atores do setor.

Na manhã desta terça-feira, Milton Maluhy Filho, CEO do Itaú Unibanco, voltou a bater nessa tecla. A diferença, no entanto, é que o seu discurso ganhou um reforço de peso nas falas de outros presidentes dos principais bancos em atuação no País.

“A arena competitiva mudou drasticamente com as fintechs e pseudo fintechs.

Basta olhar o market share e o valor de mercado de cada um dos bancos aqui”, disse Maluhy Filho, na abertura do CIAB, evento da Febraban. “Essa competição é saudável, mas é preciso que ela seja em igualdade de condições.”

Com novidades que prometem transformar radicalmente o setor, como o open finance, antes batizado de open banking, a importância do estímulo à concorrência, com a ressalva da necessidade de se discutir a assimetria regulatória entre os bancos e fintechs, dominou a participação dos executivos.

“Estamos inseridos em todo esse contexto de abertura do mercado”, afirmou Octavio de Lazari Junior, presidente do Bradesco. “Mas

todos aqui fizeram investimentos vultuosos para chegar nesse estágio e isso é propriedade intelectual. Precisa ser respeitado.”

Alinhado com esse mantra, Sergio Rial, CEO do Santander, frisou que o País já tem um sistema que caminha para a desconcentração, com diversos novos nomes dividindo espaço com os bancos tradicionais.

“É preciso um marco regulatório que permita a evolução desse processo competitivo, plural, mas em bases muito mais homogêneas”, disse, ressaltando como positivo um passo recente nessa direção, que envolve justamente companhias de outros setores que estão investindo em ofertas nesse espaço.

### Yuca capta US\$ 10 milhões para ir além do coliving

Fundada em 2019 por Eduardo Campos, Rafael Steinbruch e Paulo Bichucher, a Yuca surgiu apostando no modelo de coliving, com a oferta de apartamentos compartilhados para locação. Depois de consolidar esse formato, a proptech busca agora ocupar novos espaços no mercado imobiliário.

Com essa orientação, a startup anuncia nesta terça-feira, 22 de junho, um aporte série A de US\$ 10 milhões, liderado pelo Monashees, que já havia participado da rodada de seed de US\$ 6 milhões da novata. Outro nome que já investia na companhia e integra essa captação é o fundo ONEVC.

A nova rodada marca ainda a entrada na operação do fundo brasileiro Terracotta Ventures; do fundo americano

Foundation Capital, que já investiu em companhias como Netflix; e da Tishman Speyer, empresa americana de investimentos no setor imobiliário, com sede em Nova York.

“Nós começamos muito focados em coliving e viramos, de certa forma, uma referência desse segmento”, afirma Campos, cofundador e CEO da Yuca. “Mas entendemos que, para ganhar escala, precisamos ser multiproduto e atender vários momentos do ciclo de vida dos usuários.”

Até pouco tempo, a atuação da Yuca se resumia à compra de apartamentos na capital paulista que, depois de passarem por uma reforma e já mobiliados, eram destinados à locação. Nesse formato, cada inquilino tem o direito a um quarto individual e as demais dependências são compartilhadas.

Neofeed



Neofeed

### Na disputa das plataformas, BTG Pactual digital se vê como um Uber



A história já rendeu disputas judiciais e memes atrás de memes na internet. A briga entre BTG Pactual e XP Investimentos pelos escritórios de agentes autônomos e pela hegemonia no mercado de plataformas de investimentos rende um bom roteiro de novela mexicana. E, nos últimos meses, se intensificou.

O BTG Pactual trouxe para a sua plataforma escritórios como EQI, Lifetime, Arton Advisors, Acqua-Vero e Wise. A XP contra-atacou nas últimas semanas tornando-se sócia dos grandes escritórios que já estavam em sua base como Messer, Faros e Monte Bravo Investimentos.

Neste fim de semana, em mais um capítulo da contenda,

Pablo Spyer, o famoso “Tourinho de Ouro”, foi anunciado pela XP como o novo sócio do grupo para criar uma plataforma de educação financeira. Nas redes sociais, os sócios da XP vibravam com a chegada do influencer, que estava há três meses na EQI, ex-XP e hoje ligada ao BTG.

Um personagem central nessa disputa pelos agentes autônomos e pelo mercado de plataforma de investimentos é Marcelo Flora. O executivo, que é sócio e head do BTG Pactual digital, responsável pela plataforma do banco e por costurar as principais aquisições sob as batutas do controlador André Esteves e do CEO Roberto Sallouti, diz que a relação entre BTG e XP tem sido como a história do

Uber com o táxi.

“Eles foram super bem-sucedidos e construíram um monopólio nesse mercado de agentes autônomos”, diz Flora ao Neofeed. “Sempre que há um monopólio e tem um novo player entrando, a emoção fica um pouco mais a flor da pele.”

O banqueiro, de 45 anos, forjado no BTG desde os 23 anos de idade, diz que a entrada do banco nesse segmento não aconteceu por conta da XP. “Vimos oportunidade gigantesca de ter nossa própria capacidade de distribuição e morder um pedaço dessa distribuição dos grandes bancos, do Itaú, do Bradesco, do Santander. Isso é o que nos moveu e o que nos move”, diz ele.

Neofeed